

O vírus do neoliberalismo e as doses de caridade e responsabilidade como imunizante: uma análise crítica do sistema econômico atual em face de alguns princípios da doutrina social da Igreja

The virus of neoliberalism and doses of charity and responsibility as an immunizer: a critical analysis of the current economic system in face of some principles of social doctrine of the Church

*Carolina Mureb Santos¹
Karolayne M. V. C. de Moraes²
Marcelo Henrique de Souza³*

Recebido em: 03 de set. de 2023
Aceito em: 13 de set. de 2023

¹ Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018) e em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Especialista em Ensino Religioso Escolar pela Universidade Salesiana (2006). Membro da SBTM (Sociedade Brasileira de Teologia Moral). Integra o grupo de pesquisa PHAES (Pessoa Humana, Antropologia, Ética e Sexualidade).

² Mestra em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2023). Graduada em Teologia pela PUC-SP (2020). É membro do grupo de pesquisa José Comblin (GPJC) e do grupo de pesquisa PHAES (Pessoa Humana Ética e Sexualidade), da PUC-SP. Atualmente é docente convidada no curso de Teologia e Ensino Religioso da PUC-SP.

³ Mestrando em Teologia Fundamental pela PUC SP. Graduado em teologia pela Faculdade Dehoniana (2015) e em Filosofia pela mesma instituição (2011) onde, atualmente, é professor nas áreas de Filosofia e de Teologia. Integra o grupo de pesquisa A questão de Deus.

Tiago Gurgel do Vale⁴

Resumo: O presente artigo objetiva analisar criticamente o sistema neoliberal contemporâneo à semelhança de um vírus que adoce a sociedade democrática e a possibilidade de reverter esse diagnóstico a partir da Via da Caridade, um dos princípios da Doutrina Social da Igreja, e da Ética da Responsabilidade desenvolvida por Han Jonas. Dessa forma, num primeiro momento, a pesquisa apresenta uma compreensão do sistema econômico atual como criador de injustiças, de exclusão e de pobreza estrutural. Em seguida, confrontar-se-á o neoliberalismo com a Via da Caridade indicada pela Doutrina Social da Igreja como critério ético do agir social. Por fim, apresentar-se-á como a Via da Caridade dialoga com a Ética da Responsabilidade de Hans Jonas, configurando uma proposta pertinente em ambiente civil e laico. Pretende-se, assim, contribuir para um melhor entendimento da sociedade neoliberal e suas consequências nefastas para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade e indicar a urgência de uma alternativa humanista que recoloca as forças econômicas e políticas a favor do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Caridade, Responsabilidade

Abstract: This article aims to critically analyze the contemporary neoliberal system like a virus that sickens democratic society and the possibility of reversing this diagnosis from the Way of Love, one of the principles of the Social Doctrine of the Church, and the Ethics of Responsibility developed by Han Jonas. At first, the research presents an understanding of the current economic system as a creator of injustice, exclusion, and structural poverty. Then, neoliberalism will be confronted with the Way of Love indicated by the Social Doctrine of the Church as an ethical criterion for social action. Finally, it will be presented how the Way of Love dialogues with the Ethics of Responsibility proposed by Hans Jonas, configuring a relevant proposal in a civil and secular environment. It intends, therefore, to contribute to a better understanding of neoliberal society and its harmful consequences for the development of human beings and society and to indicate the urgency of a humanist alternative that replaces economic and political forces in favor of social development.

⁴ Possui Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (1996), Graduação em Teologia pelo Centro Universitário Assunção (2011), Mestrado em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (1999), Mestrado em bioética pelo Pontifício Ateneu Regina Apostolorum em Roma (2015), Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (2007) e Doutorado em Bioética pelo Pontifício Ateneu Regina Apostolorum em Roma (2019). Atualmente é professor dos cursos de graduação e pós-graduação de Teologia da PUC-SP e é Capelão da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. É membro correspondente da Academia *Fides et Ratio* e membro do Comitê de Ética e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Keywords: Neoliberalism, Charity/Love, Responsibility

Introdução

A origem do neoliberalismo remonta à primeira metade do século XX. Esse termo, embora existam alguns registros de seu uso do final do século XIX, mas com um sentido diferente daquele que viria a ser empregado a partir dos anos 1980, se consolidou a partir de um encontro de pensadores liberais, em 1938, na famosa cidade de Paris, que ficou conhecido como “Colóquio Walter Lippmann”. Tinha-se como objetivo revigorar ou superar o já desgastado liberalismo clássico, reconhecendo a necessidade de um Estado forte que assegurasse os interesses de mercado, agrupando o livre empreendedorismo e a competição⁵. Apesar disso, o modelo neoliberal só foi realmente assumido e implementado décadas depois, tendo como marcos desse processo os governos de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 80. Para nós, aqui no Brasil, materializou-se a partir dos anos 90, com o então presidente Fernando Collor de Mello e a sua consolidação se deu no governo do Fernando Henrique Cardoso.

O neoliberalismo tem se caracterizado por uma desigualdade socioeconômica crescente entre os muito ricos e o restante da população, num aumento abissal dessa distância entre ricos e pobres. Além disso, tal modelo socioeconômico de produção tem agravado cada vez mais a situação ambiental e gerado crises econômicas constantes. Daí que Chomsky⁶, professor e grande ativista político norte-americano, conhecido por suas fortes críticas contra a política externa americana, afirma que a implantação neoliberal se deu por meio do consenso em torno do mito de que “não há alternativas”. Isto é, o neoliberalismo tem mantido sua hegemonia por meio da falta de alternativas, criando a falsa ideia de que ele é a única forma viável e realista, e que a resolução das crises se daria através da expansão do capitalismo, do livre comércio.

Uma das grandes críticas em relação ao neoliberalismo se dá pelo fato de que nele se coloca o mercado competitivo como o modelo e critério referencial da vida como um todo. Tudo é visto a partir da lógica do mercado competitivo. Além disso, o neoliberalismo preconiza a desregulamentação da economia e acaba por arruinar os

⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁶ CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

mecanismos do Estado que assegurariam o bem-estar da população, o que contribui ainda mais para o aumento daquela distância entre os mais ricos e os mais pobres. Cria-se uma desigualdade social intensa, com graves efeitos para a democracia e para os indivíduos, atestados pelos altos números da pobreza, desemprego, exclusão, exploração infantil, baixa qualidade dos serviços públicos e a diminuição constante de qualquer proteção e seguridade social.

Portanto, a crise gerada a partir desse novo sistema não apenas mudou ou reformulou o discurso sobre a precariedade, desemprego, pobreza e exclusão social, mas também o discurso econômico e político que justifica a crise e a repete, gerando um novo sujeito social perfeitamente adaptado a esta nova situação. Pior ainda, um sujeito que, além de sofrer uma crise de individualidade, acaba por culpar a si mesmo por sua situação social. Enfim, nos tempos de hoje, ser pobre, viver em condições precárias, ser um trabalhador excluído do circuito do consumo não é apenas uma situação vivida e padecida, mas é também uma realidade interpretada e rotulada pelo poder. Desenham-se dispositivos ideológicos e criam-se argumentos para tornar a pobreza e a exclusão manifestações do destino.

A Igreja Católica, na sua primeira encíclica social, a *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, torna pública a sua total indignação quanto às desigualdades sociais decorrentes da primeira fase da industrialização, quando os trabalhadores sequer tinham algum tipo de proteção para realizar o seu labor nas indústrias, fábricas ou minas. É com esse importante documento social que o Magistério define o trabalho como a atividade humana destinada a prover as necessidades da vida, especialmente a sua conservação (RN 6). Portanto, o trabalho tem a sua dignidade e não se deve ter vergonha de trabalhar para ganhar o pão do dia a dia, uma vez que o próprio Jesus quis ser trabalhador (RN 15).

Já no Magistério mais recente, o Papa Francisco, através da carta *Fratelli Tutti* (2020), escreve sobre a crise da humanidade e do planeta atingido pelas mudanças climáticas ocasionadas pelo nosso modelo socioeconômico de vida, com consequências terminantemente graves e destrutivas. O Papa solicita uma nova política e uma nova economia. Um outro mundo possível para sanar o atual mundo enfermo e critica o neoliberalismo como desumano e mortal. A intenção do atual pontífice é estimular um grande debate mundial diante das graves crises e da destruição geradas por um capitalismo financeiro, que se impõe com suas injunções, que visam o desmonte dos serviços públicos, a redução ou até mesmo a dissolução de direitos sociais, precarização do trabalho, entre tantas outras coisas, sempre em benefício de uma cada vez mais restrita e pequena elite que controla o mercado e impõe seus interesses.

Portanto, o presente artigo objetiva analisar criticamente o sistema neoliberal contemporâneo, apresentando-o à semelhança de um vírus que adoece a sociedade democrática, e mostrar uma possibilidade de reverter esse quadro dramático a partir da Via da Caridade, um dos princípios da Doutrina Social da Igreja, e da Ética da Responsabilidade proposta por Hans Jonas. Dessa forma, num primeiro momento, a pesquisa apresenta uma compreensão do sistema econômico atual como criador de injustiças, de exclusão e de pobreza estrutural. Em seguida, confrontar-se-á o neoliberalismo com a Via da Caridade, indicada pela Doutrina Social da Igreja como critério ético do agir social. Por fim, apresentar-se-á como a Via da Caridade dialoga com a Ética da Responsabilidade proposta por Hans Jonas, configurando uma proposta pertinente em ambiente civil e laico. Pretende-se, assim, contribuir para um melhor entendimento da sociedade neoliberal e suas consequências nefastas para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade, além de indicar a urgência de uma alternativa humanista que recoloque as forças econômicas e políticas a favor do desenvolvimento social.

1. O capitalismo neoliberal como sistema econômico mítico-religioso gerador de desigualdade e exclusão

O mito do liberalismo com vistas à universalização do desenvolvimento – a fim de que todos pudessem usufruir dos padrões de vida equivalentes aos dos países desenvolvidos, como propunha seu discurso que caracterizou o fim do século XIX e parte do século XX – foi substituído pelo mito do neoliberalismo e a sua hegemonia, no final do século XX estendendo-se até hoje. Em continuidade e descontinuidade com o anterior, esse sistema econômico mítico-religioso radicalizou as antigas promessas de desenvolvimento, porém segundo uma nova lógica excludente e sacrificial: a do livre mercado⁷.

⁷ Mercado dentro do sistema econômico corresponde “ao modo de organizar a vida econômica que permite que as pessoas se especializem naquelas tarefas em que têm uma vantagem cooperativa e obtenham através da troca, o que é necessário para se adaptarem ao meio ambiente”. Cf. ZAMAGNI. S. Economia. In. *DICIONÁRIO DE TEOLOGIA MORAL*. Paulo Benanti, et.al. (Org.). São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2021, pp. 253-269. Quando falamos aqui de livre mercado, nos referimos a um modo de organização da vida econômica baseado nas leis da concorrência e acúmulo de capital. A intenção é a de que não haja interferência ou barreiras no exercício dessas leis que favorecem somente poucos, todavia inclusive hoje muitos economistas estão preocupados com os rumos do capitalismo neoliberal pois é possível que enfrente

Fala-se aqui de mito e religião, pois, segundo Lisboa, todo sistema econômico sustenta-se sob uma base religiosa, mesmo que o capitalismo, sobretudo o neoliberal, seja a mais feroz e implacável religião que já existiu⁸, como ver-se-á mais adiante. Por religião entende-se a relação com um divino, porém não mais Absoluto e transcendente, como propunha a filosofia, ou mesmo Deus como no discurso religioso, mas sim um divino secularizado. Isto é, a imanentização do transcendente, a fim de apresentar uma outra “Boa-Nova” capaz de garantir a realização das promessas escatológicas no interior da história, segundo a tese do progresso e do desenvolvimento, a fim de suprir os desejos infinitos do homem, com aquilo que é finito⁹. Em síntese, o que se tem, é uma nova relação entre o ser humano e o dinheiro, deixando-nos dominar por ele¹⁰; substituiu-se Deus pelo *mamom*¹¹.

Dessa forma, o sistema hodierno pode ser compreendido como mítico, no sentido de que não corresponde a um paradigma totalmente racional no sentido moderno, mas se assenta sobre premissas fundamentais aceitas *a priori*. Possuem uma justificativa lógica, simplesmente porque as pessoas creem nelas, porque corresponde às suas preferências. Trata-se, portanto, de seguir e se deixar dominar por um sistema tanto mais quanto este possa trabalhar com a emoção, o fascínio pois tem uma coerência interna chamada de “razão mítica”¹².

uma crise pelo nível de desigualdade desencadeado e da impossibilidade de crescimento econômico e acumulação de capital superior aos patamares hodiernos.

⁸ LISBOA, Armando de Melo. Economia, idolatria, charlatanice. A inelutável dimensão religiosa do paradigma econômico. *Revista Teológica Studium*. Curitiba, Ano 8, N. 14, 2014, p. 65.

⁹ SUNG, Jung Mo. Teologia da Libertação e a “Revolução da Estrutura Mítica” do Capitalismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v. 76, n. 304, out./dez. 2016, p. 797.

¹⁰ FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Exortação apostólica pós-sinodal sobre a alegria do Evangelho. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013, N. 55.

¹¹ Segundo Xavier, *mamon* significa, nos escritos rabínicos, tanto o dinheiro, propriamente dito, como as posses que uma pessoa possui. Por “posse” deve-se compreender tudo aquilo que tem preço, ou ainda, o excedente de uma pessoa além do seu corpo e da sua vida. Um detalhe importante é que a expressão *mamon* sempre quando utilizada no Novo Testamento possui uma conotação negativa, uma vez que se segue a ela a palavra ἀδικία (injustiça). Em suma, o *mamon* corresponde ao dinheiro de origem injusta, mal adquirido. Cf. XAVIER, L. F. Servir a deus ou a mamom: uma análise exegética de Lucas 16:9-13. *Perspectiva Teológica*, v. 52, p. 791–810, 8 jan. 2021.

¹² MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998 apud SUNG, 2016, p. 798.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o neoliberalismo é um sistema mítico, pois além de conter argumentos “racionais” superficialmente, é dotado de uma narrativa que se assenta sobre um conjunto de premissas relacionadas ao desejo humano de desenvolvimento e ascensão, bem como de proporcionar uma satisfação e uma fascinação àqueles que aderem a ele. Assim, tornou-se aceito por toda a cultura contemporânea, caracterizando o *ethos* do homem hodierno e, por conseguinte, a “tábua de valores” a partir da qual ele avalia e compreende a realidade e suas relações¹³.

O valor a se pagar por isso, não obstante, é desumano. Isso porque, quando se observa a diferença entre o mito do desenvolvimento liberal e o neoliberal, vê-se que esse último corresponde a um tipo de religião da “mais implacável e feroz que já existiu”, pois em sua raiz promove a desigualdade e a exclusão, a privatização de tudo o que é comum, inviabilizando a ação do Estado [isto é, naquilo em que corresponderia ao seu papel de opor-se a essa lógica] e do poder público¹⁴, além da redução da pessoa humana a um meio de gerar lucro e maior acúmulo de bens nas mãos de poucos.

Para compreender melhor o que aqui se diz, é necessário recordar que, no século XX, o mito do desenvolvimento e de uma organização social em que todos pudessem participar dos lucros¹⁵ estava na base do capitalismo liberal, ainda que o mesmo já se demonstrasse falacioso e a realidade depois o comprovará com as crescentes desigualdades. Não obstante, essa preocupação com a participação de todos respeitava a noção dos direitos naturais e universais dos seres humanos¹⁶, direitos esses inalienáveis e que, de certa forma, exercia uma força sobre os governos e o Estado, a fim de garanti-los.

Tudo muda quando, no final do século XX, ao analisarmos a derrocada do sistema econômico e suas crises, as causas para esse fenômeno são apresentadas por Hayek como consequências direta do conhecimento e das políticas econômicas intervencionistas sugeridas por economistas no decurso natural do sistema econômico¹⁷, sobretudo para garantir que os mais necessitados tivessem o mínimo para sobreviver. Com isso, longe de cometer novamente esse

¹³ SUNG, 2016, p. 798.

¹⁴ MOREIRA, Eduardo. *Desigualdade e caminhos para uma sociedade mais justa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 61-62.

¹⁵ SUNG, 2016, p. 801.

¹⁶ SUNG, 2016, p. 803.

¹⁷ HAYEK, A. F. Von. A pretensão do conhecimento, 1974. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Volume II, Número 2 (Edição 4) Julho-Dezembro 2014, p. 595-596.

“pecado”, o caminho a ser seguido dali em diante deveria ser o de não se buscar conhecer o regulamento do mercado devido a sua máxima complexidade, nem muito menos procurar intervir nas suas leis e prioridades. O mercado tem a sua autorregulação e deve estar livre de intervenções para que ela aconteça satisfatoriamente¹⁸.

Essa forma de compreender o sistema econômico incide diretamente sobre a noção de direitos humanos, naturais e universais. Aliás, como disse Mises, essa concepção é o pior erro e ilusão de quem critica o capitalismo injusto. Para ele,

As pessoas não têm direito ‘natural’ de ter acesso aos bens materiais para sua sobrevivência. Portanto, o Estado e a sociedade não têm deveres e nem dívida social a pagar. Logo, todo programa social que, em nome da “justiça social” ou da “dívida social”, transfere riqueza dos ricos, via impostos, para os pobres não passa de um ‘roubo’¹⁹.

Atacando, assim, a base do princípio de pessoa humana e de cidadão, o neoliberalismo propõe que cada indivíduo deve buscar por si mesmo se destacar dentro do mercado, segundo a sua lógica e, se não consegue fazê-lo, a culpa é sua, pois não se esforçou nem deu o seu melhor. Esse discurso torna inviável qualquer julgamento a respeito do modelo econômico vigente sacrificial, ou mesmo da atuação do Estado, que não garantiu um acesso mínimo dos menos desfavorecidos à riqueza produzida. A culpabilização é individualizada e internalizada, tornando o sujeito o único responsável por ela²⁰. O Estado, por sua vez, dentro da lógica do mercado, ajuda não interferindo, ou melhor, favorecendo a internalização e submissão do discurso e da religião capitalista no interior das consciências e condutas.

Nessa perspectiva, por um lado, grande parte da população torna-se não só excluída da sociedade, pelo fato de não poder competir nesse mercado, como são vítimas da agressividade e do desejo de eliminação de muitos favorecidos e alienados pelo fascínio do capitalismo. Tais pessoas passam a ser vistas como empecilhos ao desenvolvimento e um obstáculo a ser eliminado devido ao grito que a negação de sua dignidade humana perpetua. Erige-se, assim, não apenas uma mentalidade da indiferença, mas da violência e do

¹⁸ SUNG, 2016, p. 802.

¹⁹ MISES, L. *The anti-capitalist mentality*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2008 apud SUNG, 2016, p. 803.

²⁰ SUNG, 2016, p. 805-806.

cancelamento social a fim de que eles não sejam ouvidos. Um exemplo claro do que aqui se descreve são as diversas realidades de aporofobia denunciadas pelo padre Júlio Lancellotti²¹, em diversas regiões, locais públicos e privados, incluindo igrejas na região central de São Paulo.

Por outro lado, o crescente número dos adoradores do fetichismo do dinheiro, sacrificam as suas vidas no altar da ambição, do consumo e da busca incessante pelo ter, que não leva senão a autoexploração, adoecimento e ao falecimento das relações sociais e políticas em vista do bem-comum e da Mãe Terra.

Em meio a essa crise democrática, crise antropológica, crise social e crise ética escancaradas na realidade contemporânea, a necessidade de um novo humanismo mostra-se como urgente. Faz-se necessário repensar quem é o ser humano, enquanto ser de relação e dependente disso para um desenvolvimento integral e integrante. Um desenvolvimento de todos os seres humanos e do ser humano todo (PP, 20)²², o que comporta reconhecer o vínculo humano que une a todos e a corresponsabilidade que cada um tem como cocriadores e irmãos. Um caminho possível pode se dar por meio do princípio da caridade.

2. O princípio da Caridade segundo a Doutrina Social da Igreja

A Via da Caridade é um dos princípios da Doutrina Social da Igreja e considerada como “valor de critério supremo e universal de toda a ética social”²³ porque a ela é dado um valor que ultrapassa a

²¹ Natural de São Paulo, 67 anos, Júlio Lancellotti viveu ao longo de sua infância e adolescência a rigidez de colégio e seminários católicos, deixando-os, como no caso de sua experiência como frade agostiniano, por acreditar que muito do que ali era vivido não correspondia com a religião. Exerceu a profissão de enfermeiro, e junto com Dom Luciano Mendes de Almeida, fundaram toda a Pastoral do menor, e foi ordenado pelo mesmo, anos depois. Desde então, dedica-se há mais de 30 anos ao cuidado com os mais vulneráveis, menores infratores, detentos em liberdade assistida, pessoas carentes e em situação de rua, imigrantes sem teto e refugiados, além de crianças e adultos com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) ou com a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids). Cf. FAGUNDES, A. C. “Estou do lado que Jesus queria que eu estivesse” - Comunicação. [s. d.]. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/edicoes-anteriores-entreteses/item/2577-estou-do-lado-que-jesus-queria-que-eu-estivesse>. Acesso em: 7 jun. 2022.

²² PAULO VI. *Populorum Progressio* sobre o desenvolvimento dos povos N. 20. In. *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 109-153.

²³ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011, p.123

todos (1 Cor 12,31) e dela nascem e se desenvolvem a verdade, a justiça e a liberdade, que são as pilastras do viver e do agir, qualificando a ação social²⁴.

Deste modo, é fundamental compreender adequadamente o conceito Caridade, uma vez que ela é apontada como um critério válido para todos e em qualquer lugar (universal) nas relações sociais²⁵. Isso exige superar “o progressivo esvaziamento do sentido cristão da *cáritas*, reduzido a doação gratuita e muitas vezes paternalista”²⁶. Essa redução da concepção de caridade favoreceu uma obliteração da exigência da justiça, como se a prática da primeira não exigisse a ação desta última.

Na compreensão cristã, a caridade não é uma prática individualista a fim de “acalmar consciências”, mas é decisão da vontade²⁷ que configura um estilo de vida. Praticar a caridade, viver na caridade é deixar-se inspirar e orientar pelo estilo de vida de Jesus de Nazaré, que mostrou ser possível superar as tentações narcisistas, de autopromoção e de conquista de poder para ir ao encontro do outro em suas necessidades reais. Em Jesus, compreende-se que a caridade é o motor que o faz aproximar-se do outro, conhecer suas necessidades e buscar respondê-las²⁸.

Inspirada na prática de Jesus em suas relações, a caridade “deve ser instrumento para devolver o homem a si mesmo, para descobri-lo como Deus quer que o seja, ajudando-o a sê-lo”²⁹. É a partir do reconhecimento da dignidade da pessoa humana, imagem de Deus, que a caridade inspira não somente a ação individual, mas social e política, porque o ser humano tem necessidades individuais, mas vive em sociedade. É preciso superar o pressuposto liberal de que os seres humanos são adversários, em constante competição pela sobrevivência. A verdadeira caridade há de impulsionar vias criativas “para renovar as estruturas, organizações sociais e ordenamentos jurídicos”³⁰ e “valer-se das mediações sociais para melhorar sua vida ou remover os fatores sociais que causam sua indigência”³¹.

²⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 123-124.

²⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 123.

²⁶ ZAMBONI, S. Amor. In: BENANTI, Paolo et. al. *Dicionário de Teologia Moral*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2021, p. 14.

²⁷ ZAMBONI, 2021, p. 19.

²⁸ MANZATTO, Antonio. *Jesus Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2019, p. 74.

²⁹ SBAFFI, M. Caridade. In: FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 1993, p. 86.

³⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 207.

³¹ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 208.

Num esforço para dialogar com a sociedade moderna e pós-moderna, vemos a Igreja, desde Paulo VI, procurando resgatar e purificar a compreensão da Caridade, que ficou marcada por assistencialismo, esmola ou mera filantropia, e indicar seu sentido social porque é uma virtude que impele a atitudes de abertura para o outro. Francisco recorda que amar é orientar sua atenção para o outro procurando o seu bem, o que lhe agrada: “em última análise, é o que está por trás da palavra ‘caridade’: o ser amado é ‘caro’ para mim, ou seja, é estimado como de grande valor”³². O outro atrai a atenção porque é ser humano, uma pessoa, e no reconhecimento desta identidade mútua à qual é intrínseca a dignidade fundamental, sente-se impelido a agir pelo bem comum.

A Via da Caridade seria, então, um caminho adequado para a ação política, entendida como construção de uma sociedade para todos, porque é mais do que ações beneficentes, mas compromisso com a pessoa. Assim, a Caridade se torna um princípio social do qual se desdobram outros: justiça, solidariedade e responsabilidade. São seus desdobramentos que impedem que a Caridade se torne uma emoção individualista, que pode instrumentalizar a necessidade do outro como meio para satisfazer o ego ansioso por autossatisfação.

A caridade política só é possível quando amadurecida sua perspectiva social, isto é, “a caridade social nos leva a amar o bem comum e a buscar efetivamente o bem de todas as pessoas, consideradas não só individualmente, mas também na dimensão social que nos une”³³. É o reconhecimento e a valorização da dimensão social (pertencer a um povo) que impele a atuação política (uma sociedade para o bem de todos).

O Papa Francisco tem uma alta apreciação da política e de sua finalidade: “A política, tão denegrada, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum”³⁴. Em continuidade com o pensamento social da Igreja desde a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, e com o ensinamento do Concílio Vaticano II, Francisco indica que as realidades temporais não são, *a priori*, corrompidas e destituídas de valor, mas podem e devem ser informadas por valores universais que, na fé cristã, têm suas raízes na fonte de todo bem que é o próprio Deus.

Dado que o mito neoliberal fascina e oferece um sentido de vida às pessoas, o cristianismo precisa, urgentemente, se interrogar sobre

³² FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Loyola, 2020, n. 93.

³³ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 207.

³⁴ FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii gaudium sobre a alegria do Evangelho*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013, n. 205.

a linguagem que usa/deve usar para traduzir para esta sociedade a narrativa cristã que tem como núcleo o amor/caridade. Como escreveu Bento XVI, “Num mundo em que ao nome de Deus se associa, às vezes, a vingança ou mesmo o dever do ódio e da violência, essa é uma mensagem de grande atualidade e de significado muito concreto”³⁵. Aqui, talvez se encontre o paradoxo: uma mensagem de significado muito concreto e que permanece na abstração de sentimentalismos e discursos religiosos que carecem de “encarnação”, no sentido mais cristão do termo.

Como demonstrar que a mensagem cristã sobre o amor atribui sentido à existência de tal forma que as pessoas se sintam mais atraídas pela Via da Caridade do que pelo mito neoliberal? Sabe-se que não é uma questão de conhecimento, mas de significado. A pessoa de Jesus e seu projeto perderam relevância? A sociedade está demasiadamente adoecida pelo “vírus” neoliberal que não consegue mais reagir?

Para as pessoas de boa vontade, as que têm fé e as que não têm, desistir pode ser uma tentação, mas que é superada rapidamente pela convicção de que o ser humano pode encontrar caminhos de diálogo e superação. É a própria Via da Caridade que nos ensina que atenção e abertura ao outro suscitam novas possibilidades. Particularmente, a Caridade recorda o fundamento comum a todas as pessoas: a sua condição humana. Reconhecer que a interdependência é constitutiva da humanidade, implica sentir-se responsável pela vida uns dos outros e do planeta que permite a vida de todos.

3. O princípio da responsabilidade de Hans Jonas como uma tradução possível para a caridade cristã

A fé cristã e a teologia católica sempre testemunharam o valor da caridade cristã. Não só elas, porém. A própria prática sócio-caritativa das instituições eclesiais e o testemunho de amor de grandes homens e mulheres de fé (alguns chamados de místicos da caridade, como são Vicente de Paulo e madre Teresa de Calcutá) atestam o potencial da caridade como ideia, como virtude e como motor social. O cristianismo se revela, desde o Concílio Vaticano II e graças à sua teologia decorrente, não apenas um credo religioso ou uma prática cultural, mas uma alternativa humanista diante dos modelos mórbidos de sociedade, de cultura e de economia.

³⁵ BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus caritas est sobre o amor cristão*. São Paulo: Paulinas, 2006, n. 1.

Todavia, há vários impasses para que a caridade cristã manifeste todo seu potencial humanístico e humanitário. O secularismo crescente, o ateísmo altamente crítico, o anticlericalismo das instituições e a baixa dialogicidade do discurso religioso são alguns exemplos de entraves que impedem a caridade de aparecer como discurso e como proposta prática para a vida social. Diante disso, perguntamos: seria possível traduzir a noção de caridade cristã, de modo que ela ganhasse um estatuto de ideia pertinente e de ação possível para a sociedade em geral, para além da confessionalidade cristã?

Uma saída para essa problemática encontra-se na categoria de responsabilidade, elaborada pelo filósofo alemão Hans Jonas, em sua obra *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, de 1979³⁶. Seu ponto de partida é a sociedade da tecnociência que, por extensão, fez surgir o regime da tecnocracia. O aumento exponencial do poder técnico, sobretudo aqueles ligados à capacidade de destruição da natureza, gerou uma nova demanda ética: para um saber e um poder técnicos, urge uma ética à altura de tamanha potência³⁷.

Aqui já se pode notar um primeiro ponto de contato com a caridade cristã: o cuidado com a casa comum. O que está em jogo, no discurso do Papa Francisco, não é apenas a preservação ambiental, mas a própria existência da vida em todas as suas formas, bióticas e abióticas³⁸. O ser humano não é o dono da natureza, mas o seu zelador, porque de sua ação deriva a possibilidade de a vida continuar ou não. O humano não é, pois, apenas um consumidor de recursos ao seu bel prazer. Se a natureza não for cuidada, a vida futura fica arriscada a não ser mais possível³⁹. A caridade social para com o meio ambiente não é apenas uma alternativa sustentável ou um romantismo naturalista, mas a consciência do lugar do humano no conjunto da natureza – ou, em linguagem religiosa, no conjunto das coisas criadas. O cuidado com a casa comum, que é a caridade em sua

³⁶ Na verdade, esse texto se constitui de um compilado de monografias editadas, mas já produzidas entre os anos de 1973 e 1977, em ocasiões de retiros de reflexão e de escrita, como mencionado no prefácio. Cf. JONAS, H. *O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006, p. 24-25.

³⁷ *Ibidem*, p. 215

³⁸ Seres bióticos são os seres vivos em geral (vegetais, animais, humanos, etc.) e os abióticos, todos os fatores físicos, químicos, etc., que permitem a vida acontecer (água, terra, etc.). Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/fatores-bioticos-e-abioticos-o-que-sao/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

³⁹ FARIAS JUNIOR, J. B. Hans Jonas e Paul Ricoeur: a ética da responsabilidade à luz da alteridade. *Sapere Aude* v. 8, 2013, Belo Horizonte, p. 246.

implicação ecológica, converge com o horizonte da responsabilidade de Hans Jonas.

Um segundo ponto considerável tange à dignidade ontológica dos seres. O cristianismo constrói toda a sua ética sobre a compreensão de que há uma dignidade em todos os seres, particularmente nos seres humanos⁴⁰. A dignidade da pessoa humana implica em posturas de cuidado e de respeito em nível individual e em escala social (políticas justas). Para a fé cristã, o valor do humano deriva de sua própria natureza humana, imagem e semelhança de Deus. Isso estabelece uma horizontalidade: não há humanos mais dignos e outros menos, mas todo ser humano, independentemente de qualquer questão, é digno de respeito e de cuidado⁴¹. Para Hans Jonas, todos os seres vivos, particularmente os humanos, possuem o direito de serem objetos da responsabilidade, do cuidado. E isso não por mérito, mas por natureza: o ser é que define o dever, e não o valor⁴².

Há uma deontologia de matriz ontológica, não só axiológica. Isto é, a ética se organizaria ao redor do ser existente (ontologia) e da própria finalidade do ser, que é continuar existindo e viver bem, e não de uma valoração (axiologia) entre seres merecedores de cuidado *versus* os menos merecedores. Esse ser que precisa ser cuidado gera para os seres humanos o dever do cuidado (deontologia). Isso se fundamenta no pressuposto de ordem metafísica, mas perfeitamente aceitável em discussões não metafísicas, de que o ser é maior do que o não-ser e só isso já basta para que o ser seja objeto de responsabilidade. Valorar as coisas existentes é o ato segundo.

Em terceiro lugar, a teologia contemporânea ajudou a fé cristã a compreender que milagres são fenômenos extraordinários, de difícil explicação, mas que não podem ser esperados como forma ordinária do agir de Deus na história. O Papa João Paulo II, em sua carta encíclica *Veritatis Splendor*, afirmou que a providência divina atua entre os humanos pela mediação da inteligência humana e não por ação miraculosa⁴³. Hans Jonas, em sua reflexão, trabalha com a distinção entre milagre e prevenção⁴⁴. O milagre, enquanto consciência que espera soluções abruptas, descontinuadas e solucionadoras de problemas, não corresponde a uma postura verdadeiramente ética, mas a uma crença escatológica de que, a

⁴⁰ JONAS, 2006, p. 176-177.

⁴¹ JOÃO PAULO II. *Veritatis Splendor. Carta Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja*. 10ª ed. São Paulo: Paulinas, 1998, n. 48.

⁴² JONAS, 2006, p. 179.

⁴³ JOÃO PAULO II, 1998, n. 43.

⁴⁴ JONAS, 2006, p. 204-206.

qualquer custo, tudo se resolve ao cabo das situações. A prevenção, por sua vez, assenta-se sobre a possibilidade de previsão do futuro, com embasamento científico – o que não tem nada a ver com futurologia ou adivinhação da história posterior. Essa prevenção é a atitude ética ligada à responsabilidade e que corresponde à compreensão cristã de cuidado, seja com os humanos, seja com a casa comum, seja com a vida social. A história não pode ser relegada a um intervencionismo divino, alienador da tarefa humana no mundo. A própria fé cristã afirma que há sempre uma dimensão de tarefa ou de responsabilidade diante dos dons dados por Deus aos seres humanos⁴⁵.

Essas considerações dão uma pequena amostra das possibilidades de tradução da caridade em forma de responsabilidade, quando a visão cristã é posta para dialogar com a filosofia ética de Hans Jonas. Isso é possível, hoje, graças ao avanço da teologia cristã, manifesta particularmente na agenda do Papa Francisco, que considera a vida em todas as suas dimensões e não apenas em seu aspecto metafísico-espiritual. A ética cristã contemporânea se aproxima mais de um modelo vitalista (bio-psico-sócio-espiritual) do que dos antigos paradigmas idealistas, voluntaristas e legalistas da moral cristã.

Em um contexto neoliberal, esse tipo de reflexão ganha uma enorme importância profética e humanitária. O modelo socioeconômico vigente é altamente destrutivo da natureza, da vida humana e, ainda sim, quer parecer um regime milagroso para a solução dos males da vida. Na verdade, ele é um engodo. E, nesse horizonte, a proposta cristã soa transgressora, quase rebelde, quando não perigosa para o sistema em vigor. A fé cristã tem uma esperança ativa, que se traduz em um amor ativo (caridade), autenticamente responsável.

Hans Jonas não representa, propriamente, a visão cristã, mas possibilita a apresentação traduzida, em linguagem filosófica, de conteúdos sociais cristãos, derivados da categoria de caridade. Só isso já é razão suficiente para os cristãos conhecê-lo melhor e para os não-cristãos tomarem pé, aproximadamente, do que seja o ideal da caridade cristã e de seu valor profético e terapêutico para a adoecida sociedade neoliberal.

Conclusão

A lógica neoliberal é perversa porque incide no desejo humano de realização e sentido, e constrói uma narrativa que leva o sujeito a

⁴⁵ JOÃO PAULO II, 1998, n. 38.

se sentir como o único responsável pelos seus fracassos e sucessos. Neste sentido, o discurso da meritocracia é desonesto e humilhante porque desconsidera a desigualdade de oportunidades e meios para o acesso e desenvolvimento, gerando mais marginalização e exclusão. Este é um dos perigos de uma sociedade governada sob a égide do capital financeiro e não por um projeto político que tenha por fim o bem comum.

Na fé cristã, a Caridade é uma via que promove o bem comum porque é a virtude que orienta a pessoa para Deus e para os outros. Longe de ser uma ação meramente assistencialista, ela mobiliza a vida da pessoa tornando-se um critério para seu modo de se relacionar e agir. Dessa abertura deriva o compromisso de promover a vida de todos, vistos não como concorrentes ou ameaças, mas como irmãos e irmãs com direito à vida digna. Por isso, a política é compreendida como uma forma de caridade, já que, quando vivida de acordo com sua real finalidade, cuida do bem do povo e da sociedade em geral.

É preciso reconhecer que o desgaste da palavra Caridade faz com que nem sempre ela seja entendida em toda a sua riqueza e amplitude, logo, é preciso recorrer a outras categorias que, intrinsecamente conectadas a ela, possam traduzi-la evidenciando sua amplitude e objetividade para a sociedade em geral. Neste sentido, o princípio da Responsabilidade desenvolvido por Hans Jonas, no campo da filosofia ética, cumpre esta função. Com sua crítica à sociedade da tecnociência, Jonas afirma o valor de todo ser em si mesmo, desarticulando o discurso do mérito, próprio do neoliberalismo, e aproximando-se do discurso cristão, que confere à toda pessoa uma dignidade absoluta por ser imagem e semelhança do divino.

Permanece como desafio despertar numa sociedade infestada pelo vírus do neoliberalismo, que promove e sustenta ideologicamente um individualismo exacerbado, o sentido de responsabilidade pelo(a) outro(a) pelo simples fato dele ser quem ele é, humano como eu. Tanto a Via da Caridade quanto o Princípio da Responsabilidade requerem reconhecer o outro, diferente de si, como ser igual em dignidade, princípio este que, infelizmente, não é uma unanimidade em pleno século XXI. A inoculação destes “antídotos”, portanto, acontece através do perseverante compromisso e do incansável testemunho de mulheres e homens éticos, para além de seus credos e convicções políticas vivendo a corresponsabilidade de uns pelos outros.

Referências

BENTO XVI. Carta Encíclica Deus caritas est sobre o amor cristão. São Paulo: Paulinas, 2006.

CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a Ordem Global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGUNDES, A. C. “Estou do lado que Jesus queria que eu estivesse” - Comunicação. [s. d.].

Disponível em:

<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/edicoes-antiores-entreteses/item/2577-estou-do-lado-que-jesus-queria-que-eu-estivesse>

-jesus-queria-que-eu-estivesse. Acesso em: 7 jun. 2022.

FARIAS JÚNIOR, João Batista. Hans Jonas e Paul Ricoeur: a ética da responsabilidade à luz da alteridade. In. Sapere Aude, n.8, 2013, Belo Horizonte, p. 243-253.

FRANCISCO. Exortação apostólica Evangelii Gaudium sobre a alegria do Evangelho. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.

FRANCISCO. Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Loyola, 2020.

HAYEK, A. F. Von. A pretensão do conhecimento, 1974. MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia. Volume II, Número 2 (Edição 4) Julho-Dezembro 2014. p. 595-603.

JOÃO PAULO II. Veritatis Splendor. Carta Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja. 10ª ed. São Paulo: Paulinas, 1998.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006.

LISBOA, Armando de Melo. Economia, idolatria, charlatanice. A inelutável dimensão religiosa do paradigma econômico. Revista Teológica Studium. Curitiba, Ano 8, N. 14, 2014, pp. 65-79.

MANZATTO, Antonio. Jesus Cristo. São Paulo: Paulinas, 2019.

MOREIRA, Eduardo. Desigualdade e caminhos para uma sociedade mais justa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

PAULO VI. Populorum Progressio sobre o desenvolvimento dos povos. In. Documentos de Paulo VI. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 109-153.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. Compêndio da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2011.

SBAFFI, M. Caridade. In: FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo. Dicionário de Espiritualidade. São Paulo: Paulus, 1993.

SUNG, Jung Mo. Teologia da Libertação e a “Revolução da Estrutura Mítica” do Capitalismo. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, v. 76, n. 304, pp. 792-819, out./dez. 2016.

XAVIER, L. F. Servir a deus ou a mamom: uma análise exegética de Lucas 16:9-13. Perspectiva Teológica, v. 52, p. 791-810, 8 jan. 2021.

ZAMBONI, S. Amor. In: BENANTI, Paolo; COMPAGNONI, Francesco; FUMAGALLI, Aristide; PIANA, Giannino. Dicionário de Teologia Moral. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2021.

ZAMAGNI, S. Economia. In. DICIONÁRIO DE TEOLOGIA MORAL. Paulo Benanti, et.al. (Org.). São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2021, pp. 253-269.